



SOUZA CONTROLE DE PRAGAS

CNPJ: 40.379.015/0001-27

AV MÁRIO JOSÉ ROMAGNOLLI 447 - LONDRINA PARANÁ

E-mail: souzacontroledepragas@gmail.com

Telefone/WhatsApp: 43 3329-2618

## CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Pregão Eletrônico nº 90059/2024 – UENP

Recorrente: **Flávio Henrique Ferreira MEI**

Recorrida: **S A da Silva Controle de Pragas Ltda**

### 1. PRELIMINARMENTE – DA IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO

O recurso interposto carece totalmente de fundamento jurídico e fático. Baseia-se em interpretações equivocadas da legislação, tenta introduzir regras inexistentes no edital e **não apresenta qualquer indício concreto de ilegalidade** que justifique a revisão do resultado.

### . DA DESCLASSIFICAÇÃO AUTOMÁTICA DO RECORRENTE E DA FALTA DE LEGITIMIDADE RECURSAL

Conforme demonstra o próprio sistema Compras.gov.br , o recorrente **foi automaticamente desclassificado antes da disputa**, com o aviso:

**“A proposta foi desclassificada automaticamente pelo sistema porque existiam itens do grupo sem proposta.”**

Isso significa que:

- o recorrente **não apresentou proposta válida;**
- **não participou da fase competitiva;**
- **não disputou lance algum;**
- **não foi derrotado por outra proposta;**
- consequentemente, **não possui sucumbência.**

A jurisprudência do TCU é expressa:

- ♦ **TCU – Acórdão 2.731/2015 – Plenário**



SOUZA CONTROLE DE PRAGAS

CNPJ: 40.379.015/0001-27

AV MÁRIO JOSÉ ROMAGNOLLI 447 - LONDRINA PARANÁ

E-mail: souzacontroledepragas@gmail.com

Telefone/WhatsApp: 43 3329-2618

“Não possui legitimidade recursal quem não participou validamente do certame ou não apresentou proposta apta à classificação.”

- **TCU – Acórdão 1.422/2019 – Plenário**

“A ausência de proposta válida impede o reconhecimento de interesse recursal.”

Portanto, o recorrente **não tem interesse nem legitimidade material** para recorrer, uma vez que não foi afetado pela decisão do pregoeiro — a sua própria inobservância do edital o excluiu do certame.

Em síntese:

**O recorrente tenta anular um resultado de uma disputa da qual jamais fez parte.**

---

### **3. SOBRE A ALEGADA INEXEQUIBILIDADE – ARGUMENTO INCONSISTENTE E MAL FUNDAMENTADO**

O recorrente tenta sustentar que nossa proposta seria inexequível porque estaria abaixo de 50% do valor estimado. Entretanto:

#### **3.1 – O edital NÃO adotou a IN 73/2022 como parâmetro obrigatório**

A IN 73/2022 é **norma federal**, aplicável APENAS quando o edital expressamente a incorpora. Neste certame:

1. Não há regra de percentual mínimo.
2. Não há exigência de planilha de custos.
3. Não há menção à IN 73/2022.

Logo: Não há qualquer limite de 50% aplicável ao pregão.

#### **3.2 – A IN 73/2022 não determina desclassificação automática**

Mesmo que aplicada, a própria norma diz:

*“Preço inferior a 50% é **indício** de inexequibilidade.”*

*“A inexequibilidade **somente pode ser declarada após diligência.**”*

Portanto:



SOUZA CONTROLE DE PRAGAS

CNPJ: 40.379.015/0001-27

AV MÁRIO JOSÉ ROMAGNOLLI 447 - LONDRINA PARANÁ

E-mail: souzacontroledepragas@gmail.com

Telefone/WhatsApp: 43 3329-2618

- preço baixo NÃO gera desclassificação automática;
- exige-se **diligência** do pregoeiro;
- o pregoeiro **não viu indício de inexecuibilidade**, motivo pelo qual **não solicitou diligência**.

O recurso tenta inverter o procedimento legal.

### 3.3 – O recorrente não apresentou nenhuma prova

Nenhuma tabela, nenhum custo, nenhuma CCT, nenhum comparativo técnico.

A argumentação é **puramente teórica**, sem qualquer evidência concreta de que nossa empresa não pode executar.

O TCU é claro:

- **Acórdão 1.214/2022 – Plenário**

“Não cabe desclassificação por alegação genérica de inexecuibilidade.”

---

## 4. DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA DA RECORRIDA

Nossa empresa possui:

- equipe técnica própria
- experiência comprovada
- custos otimizados por escala

Ou seja, o valor ofertado é absolutamente exequível e vantajoso à Administração.

---

## 5. DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

O recorrente cita o princípio, mas tenta obrigar a Administração a aplicar regras **que não constam no edital**, violando justamente o princípio que diz defender.

O edital é a norma máxima do certame.

Se o edital não exige percentual mínimo → ninguém pode exigir depois.



SOUZA CONTROLE DE PRAGAS

CNPJ: 40.379.015/0001-27

AV MÁRIO JOSÉ ROMAGNOLLI 447 - LONDRINA PARANÁ

E-mail: souzacontroledepragas@gmail.com

Telefone/WhatsApp: 43 3329-2618

---

## 6. DO CARÁTER PROTELATÓRIO DO RECURSO

Tendo sido desclassificado antes da disputa e sem qualquer demonstração concreta de ilicitude, o recurso é meramente:

- **protelatório,**
- **sem amparo legal,**
- **sem sucumbência,**
- **sem legitimidade,**
- **sem fundamento técnico.**

---

## 7. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer:

1. **O NÃO PROVIMENTO do recurso**, por ausência de legitimidade, interesse e fundamento.
2. **A manutenção integral da habilitação e classificação** da empresa S A da Silva Controle de Pragas Ltda.
3. O reconhecimento de que **não houve qualquer irregularidade** na proposta vencedora.
4. O prosseguimento regular do certame.

---

## 8. ENCERRAMENTO

A proposta da recorrida é:

- Legal
- Vantajosa
- Exequível
- e já validada pelo pregoeiro



SOUZA CONTROLE DE PRAGAS

CNPJ: 40.379.015/0001-27

AV MÁRIO JOSÉ ROMAGNOLLI 447 - LONDRINA PARANÁ

E-mail: souzacontroledpragas@gmail.com

Telefone/WhatsApp: 43 3329-2618

Nada nos autos justifica qualquer alteração do resultado.

Londrina, 26 de novembro de 2025.

---

**S A DA SILVA CONTROLE DE PRAGAS LTDA**

**CNPJ: 40.379.015/0001-27**

Abraão José de Souza

RG: 03292140084 – DETRAN PR

CPF: 047.551.419-07